

Brasília (DF)

COALIZÃO PELO IMPACTO

Recomendações para o fortalecimento
da atuação do setor público no apoio aos
Negócios de Impacto Socioambiental



Julho de 2024

Sumário

1. Introdução	03
2. Contexto de Brasília e Objetivos Almejados	05
Objetivo 1	06
Objetivo 2	06
Objetivo 3	06
Objetivo 4	07
Objetivo 5	07
3. Lacunas Mapeadas	08
Lacuna 1 - Integração	08
Lacuna 2 - Comunicação	09
Lacuna 3 - Gestão de dados integrada	09
Lacuna 4 - Financiamento	10
Lacuna 5 - Capacitação	11
4. Oportunidades Mapeadas	12
1. CODIMPACTO e Estratégia Distrital de Investimento em Negócios de Impacto	12
2. Programa Centelha DF e Parque Tecnológico de Brasília - BioTIC	13
3. Política Distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação	13
4. Escola de Governo	14
5. Recomendações Estruturantes	15
Recomendação ao Objetivo 1	15
Recomendação ao Objetivo 2	16
Recomendação ao Objetivo 3	17
Recomendação ao Objetivo 4	18
Recomendação ao Objetivo 5	19
6. Sugestões Específica por Iniciativas que fomentam NIS	20
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda (SEDET)	20
Sugestões à SEDET	21
Secretaria de Turismo (SETUR)	21
Sugestões à SETUR	21
Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento (SEAGRI)	22
Sugestões à SEAGRI	22
Secretaria do Meio Ambiente e Proteção Animal (SEMA)	23
Sugestões à SEMA	23
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI)	24
Sugestões à SECTI	24
Secretaria-Geral da Presidência da República	25
Sugestões à Secretaria-Geral da Presidência da República	25
Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF)	25
Sugestões ao Start BSB	26
7. Possibilidade de Novos Programas	27
1. Programa de Inovação Social Aberta	27
2. Programa de Gestão do Conhecimento	28
3. Programa de articulação, conexão e mobilização	29
4. Programa de Capacitação em Inovação Social no âmbito das Políticas Públicas	30
8. Considerações Finais	32



1. INTRODUÇÃO

A Coalizão pelo Impacto é uma iniciativa multissetorial correalizada por onze organizações (Instituto Cidadania Empresarial, Instituto Helda Gerda, Somos Um, Cosan, Fundação Educar Dpaschoal, Fundação FEAC, Fundação Grupo Boticário, Instituto Beja, Instituto Humanize, Instituto Sabin, e Raia Drogasil) que busca fortalecer os ecossistemas de apoio aos negócios comprometidos com impacto socioambiental em seis cidades do país: **Belém-PA, Fortaleza-CE, Brasília-DF, Campinas-SP, Paranaguá-PR e Porto Alegre-RS.**

A iniciativa é pautada em duas perspectivas. A primeira é a de que existem modelos de negócio que podem resolver problemas sociais e ambientais. O setor privado deve ser convocado para atuar de forma complementar às políticas públicas e ao terceiro setor, estruturando produtos e serviços que possam resolver desafios de interesse público. A segunda é de que é preciso garantir uma infraestrutura de organizações e recursos que possam impulsionar a estruturação destes negócios comprometidos com impacto socioambiental, para que gerem, de forma sustentável, transformações positivas na vida das pessoas e do planeta.

O objetivo final da Coalizão é ampliar o número, a diversidade e a efetividade de negócios que produzem impacto socioambiental positivo (NIS), ou seja, aqueles que tem como objetivo atender a problemas de interesse público tais como mudanças climáticas, inclusão produtiva, gestão de resíduos, redução de desigualdades, promoção da saúde e melhoria da educação da população, entre outros que fazem desta a sua atividade primária. Para isso, as estratégias da Coalizão se concentram em fortalecer e conectar as organizações que fomentam o empreendedorismo e a inovação nas cidades, tais como incubadoras e aceleradoras, hubs de negócios, instituições de ensino superior, redes de mentores, bancos de desenvolvimento e a gestão pública.

O setor público municipal é essencial nessa agenda, pois sua gestão tem a capacidade de oferecer incentivos financeiros, políticas de apoio e parcerias estratégicas para promover empreendimentos que visam o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida de suas respectivas cidades.

A Coalizão pelo Impacto tem direcionado esforços para mobilizar e apoiar a gestão pública local para que crie, adapte ou amplie iniciativas públicas de apoio aos NIS. Ao longo de 2023, em parceria com o Impact Hub, foi elaborado um mapeamento inicial sobre as iniciativas públicas já existentes de fomento ao empreendedorismo social e de impacto em Brasília. Esse documento pode ser acessado [aqui](#) 

Para dar continuidade a este movimento que fomenta a agenda de negócios de impacto das cidades, apresentamos aqui um relatório técnico com recomendações estratégicas ao setor público para apoio ao empreendedorismo de impacto socioambiental. **O parecer traz sugestões para auxiliar o setor público distrital a como promover de forma mais eficaz e inovadora negócios socioambientais, que possam levar a mudanças significativas para cada município.**

Textos ao longo do documento que estiverem com [essa](#) formatação são links, ao clicar neles você terá acesso à mais informações sobre o assunto ou será levado para a parte do documento que conta mais sobre o assunto, aproveite! ;)

Além do mapeamento prévio realizado, este documento está baseado em um workshop elaborado presencialmente, com atores que fazem parte da governança de cada uma das seis cidades. Sua facilitação prezou por uma metodologia colaborativa que articula a gestão pública com diversos atores locais a fim de entenderem sobre os NIS, debaterem sobre suas dificuldades, potencialidades, habilidades e possibilidades de mudanças para que o setor público fomente estes negócios. Além disso, preza pelo fortalecimento do capital social em torno da agenda de impacto positivo e envolve todas as dimensões de apoio aos ecossistemas.

O documento está dividido em seis partes, que direcionam os próximos passos a serem tomados pelos gestores públicos para a realização de um plano de ação na cidade. São sugestões, com alguns tópicos de implementação, divididos nas seguintes sessões:

1. **Contexto de Brasília e Objetivos Almejados:**
2. **Lacunas mapeadas:**
3. **Oportunidades mapeadas:**
4. **Recomendações estruturantes:**
5. **Sugestões para cada iniciativa NIS:**
6. **Possibilidades de novos programas.**

É importante mencionar que as recomendações são pensadas para auxiliar a administração pública a desenvolver um plano de ação e estão sob a lente do impacto socioambiental, ou seja, têm o fim de ajudar a construir uma nova economia com negócios mais justos, inclusivos e que deixa legados positivos na vida da população. Além disso, sugere novos mecanismos para inspirar gestores públicos a aumentar a possibilidade de fomento aos NIS, que, por sua vez, possam transformar soluções em políticas públicas.



2. CONTEXTO DE BRASÍLIA E OBJETIVO ALMEJADOS

Na cidade de Brasília foram analisadas em profundidade 18 iniciativas públicas que atuam para fomentar negócios de impacto, direta ou indiretamente. Brasília se destaca por possuir diversidade entre os ODSs atendidos pelas iniciativas - sendo 11 deles representados - com foco no consumo e produção responsáveis, seguido de trabalho decente e crescimento econômico.



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) Atendidos

O nível de maturidade da maioria das iniciativas da cidade foi avaliado como 'de Florescimento' (denominação dada ao grau intermediário), corroborando a preocupação com a sustentabilidade socioeconômica refletida nas políticas e projetos implementados no distrito.

Além de capital do país, Brasília é uma cidade de grande relevância econômica e social na região central do Brasil, sendo a maior cidade do Centro-Oeste, com mais de 3 milhões de habitantes. Na última década, a capital e suas "cidades satélites" apresentaram crescimento populacional importante, tornando o Distrito Federal a quarta maior concentração urbana do país. Tamaña expansão pode representar desafios para a preservação do meio ambiente e para a gestão sustentável dos recursos naturais, tornando importantes o planejamento e as ações de sustentabilidade para o futuro da cidade.

Brasília tem como uma de suas principais atividades econômicas os serviços - com destaque principal para a administração pública - comércio e setor financeiro, ainda que turismo, tecnologia da informação, educação e saúde desempenhem papéis importantes na geração de empregos e atividade econômica da cidade. Contudo, a capital também é marcada por uma elevada disparidade econômica, concentração de renda e desigualdade social.

Partindo dos principais problemas socioeconômicos que Brasília enfrenta e que se relacionam aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, as recomendações estratégicas abarcadas no parecer técnico foram escolhidas a partir de objetivos de políticas públicas do município. Estes, por sua vez, estão aqui elencados por uma aferição nos debates realizados no workshop e pelas estratégias para melhorias nos indicadores dos ODS que são atendidos. São objetivos que abrangem temas diversos e que almejam construir instrumentos, participação,

ambientes e comunicação viáveis ao setor público de Brasília. O intuito é aperfeiçoá-lo com os benefícios que as parcerias com os negócios de impacto socioambiental podem trazer.

A seguir apresentamos os objetivos almejados pelo setor público municipal de Brasília com o fortalecimento de Negócios de Impacto Socioambiental. Em cada um deles, apresentamos uma lacuna que visa mitigar, uma oportunidade para fomentar em Brasília e uma recomendação atreladas aos órgãos públicos competentes.

Objetivo 1

Articular uma estratégia distrital de investimentos em Negócios de impacto que integre diferentes políticas públicas setoriais e apoios provindos do governo federal, distrital e de iniciativas privadas.

 **Lacuna 1**

 **Oportunidade 1** e **Oportunidade 2**

 **Recomendação**

Objetivo 2

Elaborar instrumentos de comunicação sobre as iniciativas públicas para fomento de Negócios de Impacto com o fim de aumentar a visibilidade dos principais programas com divulgação dos negócios e informação ao cidadão sobre os impactos gerados.

 **Lacuna 2**

 **Oportunidade 1**

 **Recomendação**

Objetivo 3

Estabelecer um sistema de apoio para tomada de decisão, que aglutine informações como diagnósticos do território, escuta da população, oportunidades e soluções vigentes a fim de mensurar os resultados gerados por iniciativas públicas ao fomento de negócios de impacto.

 **Lacuna 3**

 **Oportunidade 1**

 **Recomendação**

Objetivo 4

Facilitar o acesso à crédito, patrocínio, subvenção e outros incentivos econômico-financeiros sobretudo para apoio de melhorias na infraestrutura para desenvolver negócios de impacto em Brasília.

 Lacuna 4

 Oportunidade 3

 Recomendação

Objetivo 5

Promover a sensibilização e capacitação dos servidores públicos para negócios de impacto socioambiental, tornando-os apoiadores e facilitadores de projetos públicos de fomento ao ecossistema alinhado com o desenvolvimento sustentável da cidade.

 Lacuna 5

 Oportunidade 4.

 Recomendação

3. LACUNAS MAPEADAS

Este capítulo apresenta as lacunas que ainda são obstáculos para destravar o trabalho do setor público de Brasília no fomento aos Negócios de Impacto Socioambientais. É crucial entender essas dificuldades, pois fornecem insights valiosos sobre os desafios enfrentados pelos empreendedores e pelo próprio setor público na promoção de iniciativas socioambientais. Ao identificar e compreender essas dificuldades, podemos desenvolver estratégias mais eficazes e direcionadas para superá-las, promovendo assim um ambiente mais favorável ao crescimento e à sustentabilidade desses negócios na cidade.

As lacunas serão apresentadas de forma categorizada, nas páginas a seguir e estarão acompanhadas por uma breve explicação de como impacta negativamente os esforços para alcançar os objetivos estabelecidos de desenvolvimento socioambiental e econômico em Brasília.

Lacuna 1 - Integração

Falta de integração entre diferentes setores e políticas de apoio para uma estratégia comum que articule iniciativas e apoiem negócios de impacto em Brasília.

Relacionado ao [objetivo 1](#), uma integração a partir de uma governança é essencial para coordenar esforços, alinhar recursos e direcionar políticas públicas de suporte para um ambiente favorável aos negócios de impacto socioambientais. Sem essa coordenação, os esforços podem ser fragmentados, os recursos desperdiçados e a eficácia dos programas comprometida. Esta lacuna pode limitar:

- A continuidade dos projetos e o desenvolvimento de mais iniciativas que atendam às demandas locais. Considerando que Brasília enfrenta desafios relacionados ao crescimento urbano e à gestão dos recursos naturais, é necessária uma rede de atuação composta por mais atores.
- A visibilidade dos programas e projetos. A articulação de uma governança também estimula a colaboração entre atores e diferentes entes federados, sobretudo com a relação direta da ENIMPACTO do governo federal, o que facilita o accountability das iniciativas.
- Possibilidade de criar planos estratégicos e regulamentações que favoreçam um ambiente de inovação de impacto, dando visibilidade a produtos sustentáveis relacionando à programas socioeconômicas de incentivo à negócios de impacto desenvolvidos por empreendedoras mulheres, pessoas negras e trabalhadores do campo;
- Aprendizados com a troca de conhecimentos e práticas. Sem uma coordenação centralizada e direcionada, os gestores enfrentam dificuldades em compartilhar conhecimentos, experiências e melhores práticas entre si. Isso limita a capacidade de aprender uns com os outros e de adaptar abordagens bem-sucedidas para enfrentar desafios comuns.



- Compreensão de necessidades alinhadas a cada negócio e demanda social. A ausência de integração pode levar a lacunas na cobertura de necessidades específicas dos empreendedores, deixando áreas importantes sem suporte adequado e limitando o potencial de desenvolvimento dos negócios.

Lacuna 2 - Comunicação

Falta de canais e planos de comunicação para divulgação sobre as iniciativas públicas de negócios de impacto com transparência sobre os benefícios e os resultados gerados

Relacionado ao objetivo 2, elaborar uma comunicação eficaz com um planejamento deve permitir não apenas a visibilidade sobre o programa ou projeto e seus benefícios, mas abranger os processos de disseminação do conhecimento sobre a iniciativa pública e aumentar o engajamento social. Ainda, a presença de canais de comunicação permite estabelecer mecanismos de sugestões efetivos e integrados a sistemas cadastrais para compartilhar com os cidadãos. Esta lacuna pode limitar:

- A atenção à possibilidade de atração de fundos de capital ESG para investimentos em negócios de impacto socioambiental. Nesse sentido, elaborar um plano de comunicação é fundamental para criar uma estratégia de legitimidade social demonstrando o potencial e os benefícios das iniciativas para os participantes, para a sociedade civil e para os investidores, ao mesmo tempo.
- A capacidade de adaptação e realização de melhorias. A falta de uma comunicação efetiva pode reduzir as oportunidades de troca, de colaboração e de complementação entre iniciativas que possuem sinergia entre si, ainda que promovidas por diferentes atores.
- A conscientização para engajamento de diferentes públicos. A ausência de canais eficazes de comunicação dificulta a mobilização de público e recursos necessários para o sucesso e a expansão desses empreendimentos, limitando seu potencial de transformação social e ambiental na cidade.

Lacuna 3 - Gestão de dados integrada

Falta de uma gestão de dados integrada e informativa que mensure resultados gerados por iniciativas públicas ao fomento de negócios de impacto e subsidie melhorias nas tomadas de decisões do governo

Relacionado ao objetivo 3, processos de gestão de dados integrado são considerados recursos essenciais para demonstrar os benefícios alcançados pelas iniciativas e para promover o acompanhamento e diagnóstico contínuo do território. Isso amplia a visibilidade e facilita a busca por parcerias estratégicas com o setor público e privado. Esta lacuna pode limitar:

- Dificuldade em avaliar de forma precisa e abrangente os impactos das iniciativas de fomento aos negócios de impacto. Isso pode resultar em uma análise superficial dos resultados alcançados, prejudicando a capacidade de demonstrar o retorno sobre o investimento público e privado nessas iniciativas.
- Tomadas de decisão governamentais menos informadas devido à falta de dados robustos e atualizados. Isso pode levar a decisões menos eficazes na alocação de recursos, planejamento de políticas e identificação de áreas prioritárias para intervenção e apoio.
- O alinhamento do propósito das ações em relação às demandas sociais. Não ter conhecimento dos impactos que os programas e projetos têm em relação aos participantes ameaça perder de vista os objetivos dessas iniciativas, dado que algumas delas podem não estar aderentes às necessidades de quem participa.

Lacuna 4 - Financiamento

O acesso a crédito e outros tipos de aporte financeiros não estão organizados em um ambiente que avalia programas de patrocínio e subvenção com o fim de fomentar áreas econômicas estratégicas de Brasília e melhorar a infraestrutura para desenvolver negócios de impacto.

Relacionado ao [objetivo 4](#), superar esta lacuna significa fortalecer o ecossistema com financiamento, principalmente de negócios de impacto para empreendedores do campo, pessoas negras e mulheres, concedendo crédito alinhado a melhorias na infraestrutura para áreas socioeconômicas estratégicas de Brasília. Esta lacuna pode limitar:

- A diversidade dos negócios contemplados com apoio financeiro. A falta de organização no acesso a crédito e patrocínios pode perpetuar desigualdades econômicas, impedindo o desenvolvimento equitativo de áreas estratégicas em Brasília, especialmente aquelas que poderiam beneficiar-se de melhorias na infraestrutura.
- A maximização do potencial de impacto desses projetos. Com mais oportunidades de apoio financeiro, mais negócios de impacto poderiam florescer e ganhar escala, trazendo impacto positivo para seus territórios, indústrias e cadeias produtivas. Ao ter maiores investimentos, esses projetos podem virar empresas que geram empregos sustentáveis, promovem o desenvolvimento econômico local e fortalecem a resiliência das comunidades frente a desafios socioambientais.
- Impacto Limitado nos Setores Estratégicos. A ausência de um ambiente organizado para avaliação e fomento de programas de patrocínio e subvenção pode limitar o impacto positivo em áreas econômicas chave de Brasília, onde investimentos poderiam catalisar o crescimento de negócios de impacto.
- Infraestrutura Subdesenvolvida. A falta de investimento estratégico em infraestrutura pode dificultar o crescimento e a escala de negócios de impacto, reduzindo sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável da região.



☑ Lacuna 5 - Capacitação

Faltam iniciativas de capacitação para os servidores públicos - principalmente da área de Políticas Públicas e Gestão Governamental - sobre o potencial de negócios de impacto para a mitigação de problemas sociais, ambientais e outras naturezas de interesse público.

Relacionado ao [objetivo 5](#), observa-se que é necessário sensibilizar os próprios membros da administração pública em relação a negócios de impacto como parte de estratégias de desenvolvimento econômico sustentável com inclusão socioproductiva. Entre os formatos de capacitação possíveis, temos a promoção de eventos, imersões, workshops e cursos de formação continuada modulares como os de principal interesse. Esta lacuna pode limitar:

- A capacidade do poder público de criar e implementar iniciativas que visem fomentar negócios de impacto social como parte de política pública, compreendendo as necessidades do ecossistema e alinhando os esforços públicos;
- Capacidade de elaboração e avaliação de políticas específicas de compras públicas que incentivem a inovação e apoiem negócios de impacto. O desconhecimento da temática e do potencial deste tipo de negócios pode impactar etapas como a elaboração de contratos e criação de critérios claros para a participação de empresas de impacto.
- O desenvolvimento e estímulo à inovação no setor público. A falta de compreensão sobre o potencial dos negócios de impacto pode levar a uma resistência à adoção de novas abordagens e soluções.

4. OPORTUNIDADES MAPEADAS

Nesta sessão, apresentamos as oportunidades mapeadas para o fomento de negócios de impacto pelo setor público de Brasília. Através de uma análise do mapeamento local e da escuta em oficina, identificamos iniciativas chave que já existem em Brasília onde intervenções estratégicas podem aperfeiçoar não apenas o crescimento econômico sustentável, mas também benefícios significativos para a comunidade e o meio ambiente. As oportunidades aqui destacadas representam pontos positivos da inovação dos órgãos públicos do Distrito Federal que podem ser aproveitados para mitigar as lacunas apresentadas e promover uma economia inclusiva e resiliente. As oportunidades foram mapeadas, enfatizando as suas principais vocações e potenciais e citando os pontos positivos da iniciativa, que, por sua vez, tornam-se diferenciais no manejo para o fomento aos Negócios de Impacto Socioambiental em Brasília. Elas se encontram a seguir.



1. CODIMPACTO e Estratégia Distrital de Investimento em Negócios de Impacto

O Comitê Distrital de Investimento e Negócios de Impacto do Distrito Federal desempenha um papel crucial na coordenação e implementação da Estratégia Nacional de Investimentos em Negócios de Impacto, estando diretamente vinculado à **Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda**. Este comitê visa integrar diferentes atores, incluindo órgãos públicos, entidades privadas e sociedade civil, com o propósito de criar um ambiente propício ao desenvolvimento sustentável de investimentos e negócios de impacto. A legislação que norteia essa estratégia é estruturada em cinco pilares essenciais: facilitação do acesso a capital, estímulo à expansão do número de empreendimentos de impacto, fortalecimento das organizações intermediárias, promoção de um ambiente regulatório favorável, e incremento na coleta e análise de dados para aumentar a visibilidade desses empreendimentos.

Essa iniciativa busca transformar o Distrito Federal em um centro de referência para a inovação e atração de negócios de impacto social, utilizando estratégias como a simplificação administrativa para impulsionar a geração de empregos e renda. Além disso, o comitê tem como meta promover o empreendedorismo em áreas diversas que necessitam de soluções criativas e inovadoras para resolver problemas críticos da sociedade, como questões ambientais e sociais. E ainda possibilita o investimento para diversidade social do afroempreendedorismo às mulheres do campo. Ao apoiar de forma abrangente os negócios de impacto, o comitê não apenas fortalece o ecossistema empreendedor de Brasília, mas também contribui para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), destacando a importância do CODIMPACTO-DF como peça central nesse movimento de transformação socioeconômica.

Por sua natureza estratégica ampla com organização de prioridades, metas e planos de ação que articula diversos atores, o **CODIMPACTO se configura como uma oportunidade que pode auxiliar nas lacunas 1, 2 e 3, de falta de uma governança estratégica, vinculado a uma comunicação efetiva e a uma gestão de dados integrada e informativa.**



2. Programa Centelha DF e Parque Tecnológico de Brasília - BioTIC

O Programa Centelha é uma iniciativa promovida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP), e Fundação CERTI. No Distrito Federal, o programa é executado pela BIOTIC S/A, que é subsidiária integral da **Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal criada para a implantação do Parque Tecnológico de Brasília (BioTIC)** - instituído em 2017 para servir como pólo de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do Distrito Federal, com foco em Biotecnologia e Tecnologias da Informação e Comunicação. Nesse sentido, há proximidade significativa entre o programa Centelha e o Parque BioTIC.

Por sua vez, o Centelha visa estimular a criação de empreendimentos inovadores e disseminar a cultura empreendedora no Distrito Federal. O que ocorre principalmente pela oferta de recursos financeiros não reembolsáveis (subvenção) e suporte para transformar ideias em negócios de sucesso. A iniciativa concede até 60 mil reais como benefício para impulsionar empresas de base tecnológica e incentivar o desenvolvimento de ideias inovadoras em setores estratégicos, como automação, inteligência artificial, biotecnologia e outros.

Assim, a aproximação e a sinergia entre Parque e Iniciativa se configuram como oportunidades para a aceleração e desenvolvimento de negócios de impacto focados nos setores estratégicos mencionados, já que oferecem tanto apoio financeiro como de infraestrutura e até mesmo conexão. Dessa forma, as iniciativas podem fazer parte da governança estratégica e auxiliar no desenvolvimento de políticas de financiamento, por isso, é possível **auxiliar principalmente nas lacunas 1 e 4**.



3. Política Distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação

A Política Distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação, integrada à **Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do DF**, desempenha um papel fundamental no apoio aos negócios de impacto ao estabelecer diretrizes claras através do Plano Diretor da Cidade Humana, Inteligente, Sustentável e Criativa (CHISC). Financiada por recursos da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) e outras fontes previstas em lei, a política oferece incentivos como benefícios fiscais para empresas de pesquisa e desenvolvimento, bolsas para pesquisadores e financiamento para projetos inovadores. Além disso, a criação do Conselho Distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação visa orientar e coordenar políticas públicas que promovam não apenas o avanço tecnológico, mas também a inclusão social e a sustentabilidade, proporcionando um ambiente regulatório seguro e propício para negócios de impacto.

A iniciativa vai além da simples aplicação de tecnologias para cidades inteligentes, incorporando uma abordagem humanizada, sustentável e criativa para enfrentar desafios urbanos complexos, como desigualdades econômicas e sociais. Com foco na Internet das Coisas e na otimização de serviços públicos, a política visa reduzir disparidades regionais e promover o acesso



equitativo a soluções tecnológicas avançadas. Ao garantir um ambiente regulatório estável e adaptado, a política distrital facilita o acesso a instrumentos de fomento, subvenção e crédito que impulsionam iniciativas inovadoras e por isso contribuem para **mitigar a lacuna 4 de financiamento para negócios de impacto em Brasília.**



4. Escola de Governo

A **Escola de Governo** desempenha um papel crucial para formular, promover e coordenar a Política de Formação, Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores Públicos do Governo do Distrito Federal. Como um centro de excelência na qualificação e desenvolvimento profissional dos servidores, a Escola visa equipar os funcionários com habilidades avançadas em gestão pública, alinhadas aos valores de comprometimento, ética, inovação e sustentabilidade. Isso não apenas fortalece a capacidade dos servidores de executar serviços com eficácia, mas também os prepara para implementar boas práticas de gestão que impactam positivamente a sociedade.

Dessa maneira, a Escola de Governo pode promover a conscientização e o treinamento sobre negócios de impacto, especialmente entre os servidores de carreira em Políticas Públicas e Gestão Governamental. É nesse sentido, que a Escola de Governo contribui para **mitigar a lacuna 5, para capacitação dos servidores públicos no incentivo à sociedade para buscar soluções inovadoras que beneficiam o cidadão-usuário e promovem resultados sustentáveis a longo prazo.**



5. RECOMENDAÇÕES MAPEADAS

Após entender o cenário de obstáculos e potencialidades que existem em Brasília, este capítulo apresenta propostas de recomendações estruturantes para fortalecer o papel do setor público na promoção e apoio aos Negócios de Impacto Socioambientais no Distrito Federal. Estas recomendações foram cuidadosamente selecionadas com base nas lacunas identificadas, oportunidades mapeadas e objetivos estratégicos. Elas se concentram em criar ambientes institucionais favoráveis que abordam desafios fundamentais enfrentados pelos empreendedores e pela administração pública local.

As recomendações estão alinhadas com os objetivos de implementar mecanismos de governança eficazes, desenvolver instrumentos de comunicação integrados e acessíveis, estabelecer um sistema de apoio à tomada de decisões dos gestores públicos e criar ambientes dedicados à inovação, capazes de desenvolver projetos que abordam desafios específicos do setor público. Ao adotar essas recomendações, espera-se fortalecer a capacidade do setor público distrital para impulsionar e sustentar o crescimento de iniciativas socioambientais, promovendo assim o desenvolvimento econômico e social sustentável na cidade.



Recomendação ao Objetivo 1

Implantar um mecanismo de governança que integre a Estratégia Distrital de Investimentos em Negócios de impacto, articulado a um ecossistema de apoio do governo federal e a diferentes setores de políticas públicas em prol da cultura empreendedora para desburocratização com inclusão social.

Essa recomendação visa mitigar a **lacuna 1**. A abordagem permite a troca de informações, experiências e melhores práticas entre diferentes partes interessadas, promovendo a colaboração e o alinhamento de esforços para o desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal. Sugere-se que o **CODIMPACTO** esteja à frente desse mecanismo de integração e construa apoios e alinhamentos com políticas públicas mais integradas para projetos de negócios de impacto socioambiental em Brasília. Um desses apoios podem ser iniciados com o BioTIC, cuja expertise de conexão pode auxiliar na implementação de estratégias conjuntas. Para obter bons resultados, o setor público pode realizar as seguintes atividades:

- Realizar um mapeamento detalhado das partes interessadas chave, incluindo órgãos do governo distrital e federal, instituições de fomento ao empreendedorismo, organizações da sociedade civil e empresas privadas
- Estabelecer redes de colaboração entre diferentes entidades e setores, com o objetivo de fomentar parcerias e cooperação na implementação de projetos e iniciativas. Incentivo à participação dos diferentes atores nos processos de governança é importante para que sejam tomadas decisões de forma horizontal e transparente por meio de consultas e que também sejam garantidos movimentos tácitos elaborados por grupos de trabalho, comitês consultivos e/ou fóruns de discussão.



- Definir o papel de responsabilidades claro com a Secretaria de Governo que deve liderar a iniciativa, além de envolver diferentes entidades na implementação da estratégia. É importante também estabelecer os responsáveis por conduzir e monitorar metas claras e indicadores de desempenho para medir o progresso e o impacto das iniciativas de negócios de impacto, que estejam alinhadas a objetivos alinhados.;
- Organizar eventos periódicos, como conferências, workshops e rodadas de negócios, para promover o encontro e a interação entre diferentes partes interessadas, incluindo representantes do setor público, do governo federal, empresas, academia e sociedade civil, para compartilhar conhecimentos, experiências e boas práticas de negócios de impacto socioambiental.
- Desenvolver campanhas de comunicação e marketing para divulgar os ativos, atores e projetos identificados, destacando oportunidades de colaboração e investimento para promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo da região.



Recomendação ao Objetivo 2

Implementar comunicação eficaz para divulgar informações de maneira transparente e acessível sobre iniciativas de fortalecimento de negócios de impacto socioambiental, apresentando seus resultados de forma sistemática

Essa recomendação visa mitigar a **lacuna 2**. Comunicar as iniciativas é fundamental para promover a participação cidadã, aumentar a transparência e fortalecer o ecossistema de negócios de impacto socioambiental na cidade. Ao divulgar as iniciativas e seus objetivos e resultados de forma sistemática, é possível atrair potenciais beneficiários, investidores e parceiros, além de possibilitar a articulação entre o próprio setor público em iniciativas complementares. No âmbito da Estratégia Distrital de Negócios de Impacto, coordenado pela **CODIMPACTO** pode surgir aprimoramento mais efetivo de comunicação das iniciativas, já que colocam a temática do desenvolvimento sustentável em evidência. Para obter bons resultados, o setor público pode realizar as seguintes atividades:

- Desenvolver um portal online centralizado que integre informações sobre negócios de impacto socioambiental em Brasília, incluindo mapeamento dos negócios, resultados de iniciativas que possam fortalecê-los, programas de inclusão produtiva e editais de chamamento das secretarias do governo. É importante que as informações divulgadas não sejam concentradas demais, mantendo um equilíbrio para que o modelo não siga o formato jornalístico nem dilua as informações. O portal pode servir ainda como plataforma de cadastramento de demandas e fornecedores de soluções com impacto socioambiental positivo para o setor público (gov techs).
- Nesta plataforma, é interessante ainda aplicar filtros setorizados por área de atuação, pelos ODS alavancados, e por outros indicadores que busquem contemplar a diversidade dos negócios e iniciativas disponíveis como aspectos de grupos raciais, regionais e outros.

- Realizar campanhas de conscientização e educação pública para promover a importância dos negócios de impacto socioambiental e incentivar a participação cidadã na elaboração de políticas públicas.
- Estabelecer parcerias com organizações da sociedade civil e mídias locais para ampliar o alcance da divulgação e garantir que as informações estejam acessíveis a todos os segmentos da população.



Recomendação ao Objetivo 3

Formular um programa de inovação aberta voltada para projetos de impacto com processo de monitoramento e avaliação integrada de dados para mensuração e divulgação sistemática sobre as ações de impacto de NIS voltados para os tomadores de decisão do CODIMPACTO

Essa recomendação visa mitigar a **lacuna 3**, por isso, tem por fim elaborar uma estrutura que integre diferentes fontes de dados, incluindo informações obtidas por meio de escuta da população, análise territorial abrangente e indicadores de redução de desigualdades. O sucesso desse processo pode ser mensurado pela transparência acerca do impacto gerado para a população e pelo alinhamento dos resultados com os objetivos estratégicos de desenvolvimento socioeconômico e ambiental de Brasília.

Sugere-se que o programa de inovação aberta seja elaborado em plataforma de desafios a serem solucionados vinculados à Estratégia Distrital de Negócios de Inovação e coordenado pela **CODIMPACTO**. A plataforma pode ser usada também para gerar um repositório com dados mais amplos e variados sobre a população da cidade. Para alcançar bons resultados, o setor público pode realizar as seguintes atividades:

- Implementar sistemas de coleta de dados integrado e acessível, que incorporem feedback direto da população sobre as iniciativas de NIS, por meio de canais como pesquisas, consultas públicas e plataformas de participação cidadã junto às Regiões Administrativas;
- Utilizar dados quantitativos e qualitativos coletados para realizar análises detalhadas do desempenho e do impacto dos NIS ao longo do tempo. Isso pode incluir análises estatísticas, análise de tendências e estudos de caso;
- Desenvolver indicadores de desempenho (KPIs) que permitam medir o impacto dos NIS em diferentes aspectos socioambientais, como emprego, redução de desigualdades, conservação ambiental, entre outros;
- Divulgar regularmente os resultados das avaliações e monitoramentos, garantindo a transparência e o engajamento da população no processo de tomada de decisão e na construção de políticas públicas mais inclusivas e orientadas para o desenvolvimento sustentável.





Recomendação ao Objetivo 4

Fortalecer a conexão entre os recursos disponibilizados pela iniciativa pública e os NIS, com foco na capacitação de servidores para que orientem o público nas atuais linhas de financiamento disponíveis.

A fim de otimizar a utilização dos recursos públicos já disponíveis e garantir que projetos e negócios de impacto socioambiental acessem de maneira eficaz os financiamentos oferecidos, propõe-se um enfoque estratégico centrado na capacitação dos servidores públicos. Esta capacitação deve prepará-los para orientar os empreendedores, não apenas no acesso às linhas de financiamento existentes, mas também no levantamento e na articulação de demandas junto aos programas de fomento.

Essa abordagem busca mitigar a **lacuna 4**, maximizando o impacto dos recursos públicos já alocados por meio de editais, financiamentos, emendas e outros programas. A democratização do acesso a esses recursos deve ser uma prioridade, visto que o fortalecimento da orientação prestada pelos servidores públicos aumentará as chances de que projetos promissores em Brasília encontrem e utilizem de maneira eficaz os fundos disponíveis.

É importante considerar que a disponibilidade de recursos financeiros para fomento ao ecossistema de negócios de impacto socioambiental pode atuar em duas frentes: 1) facilitação de acesso a crédito para NIS de trabalhadores do campo, empreendedoras mulheres e pessoas negras; 2) incentivo financeiro para melhoria de infraestrutura que esteja alinhada aos investimentos socioeconômicos de Brasília. Como resultado de médio e longo prazo, a ampliação do apoio financeiro a NIS pode se reverter em receitas por meio de impostos gerados, aumento de renda e do estoque de capital disponível para reinvestimento no ecossistema.

Sugere-se utilizar a expertise dos programas e parcerias desenvolvidos pela **Política Distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação**, com auxílio do Programa Centelha-Biotic, cuja atuação traz benefícios às peculiaridades econômicas da região, dá acesso à microcréditos e incentiva os produtos/serviços da região para investimento em inovação. Para alcançar bons resultados, o setor público pode realizar as seguintes atividades:

- Capacitação de Servidores Públicos: Implementar programas de capacitação contínua para os servidores, focados em práticas de orientação e suporte aos empreendedores na utilização dos recursos financeiros e incentivos disponíveis. A formação deve cobrir aspectos de acesso a crédito, elaboração de propostas e alinhamento com as políticas públicas de inovação.
- Parcerias Estratégicas: Estabelecer parcerias com entidades públicas, privadas e do terceiro setor que possam colaborar com a capacitação dos servidores e oferecer apoio técnico aos empreendedores. Isso inclui instituições financeiras, universidades, incubadoras de negócios, ONGs e órgãos governamentais.
- Desenvolvimento de Políticas de Incentivo: Criar e implementar políticas públicas que incentivem a inovação e fortaleçam os negócios de impacto, com ênfase em critérios claros para a participação em editais públicos, garantindo transparência e equidade nos processos.
- Monitoramento e Avaliação: Estabelecer um sistema robusto de monitoramento e avaliação para acompanhar o impacto das capacitações e das políticas implementadas, permitindo ajustes contínuos para otimizar o apoio aos negócios de impacto socioambiental em Brasília.



Recomendação ao Objetivo 5

Capacitar e/ou estimular os servidores públicos - principalmente da área de Políticas Públicas e Gestão Governamental - para cursos sobre negócios de impacto e os tipos de fomento para alcançar os objetivos de mitigação de problemas sociais, ambientais e outras naturezas de interesse público.

Essa recomendação visa mitigar a **lacuna 5**. Sugerimos que utilize a já reconhecida **Escola de Governo** para fazer parte da capacitação dos servidores sobre Negócios de Impacto. Além de alinhar com as pautas de cidadãos, torna-se um ambiente de debate e laboratórios de construção de ferramentas ao servidor para dar apoio e suporte abrangente a futuros empreendedores de impacto. Para alcançar bons resultados, o setor público pode realizar as seguintes atividades:

- Identificar e mapear as capacitações já disponíveis dentro e fora da administração pública que possam ser direcionadas para os servidores.
- Oferecer oportunidades de capacitação e treinamento especializado para os servidores que lidam diretamente com o ecossistema de negócios de impacto, visando desenvolver habilidades técnicas, necessárias para o sucesso das políticas públicas de fomento à NIS.
- Estabelecer parcerias com instituições de ensino, organizações da sociedade civil e empresas privadas para financiar e apoiar formações continuadas, imersões e capacitações, garantindo assim recursos financeiros e expertise necessários para o sucesso do empreendimento.
- Promover e estimular eventos e encontros que busquem aproximar os membros da administração pública aos empreendedores e lideranças do ecossistema de impacto, promovendo conexão, intercâmbio de conhecimento e aproximação entre ambas realidades.



6. SUGESTÕES ESPECÍFICAS POR INICIATIVAS QUE FOMENTAM NIS

Para além das recomendações estruturantes, nesta seção apresentamos sugestões específicas para algumas iniciativas mapeadas a fim de fortalecer os programas e projetos de fomento aos negócios de impacto socioambiental. O capítulo apresenta os programas dos órgãos mapeados e elabora sugestões transversais que possam contribuir para melhorar a sua atuação.

As iniciativas escolhidas às diferentes instituições relacionam-se aos objetivos aferidos pelo parecer técnico como de maior relevância para as políticas públicas de Brasília no fomento a Negócios de Impacto Socioambiental. Por isso, as sugestões aqui trazidas relacionam-se aos objetivos almejados e trazem ações às iniciativas que confluem nos mesmos parâmetros com as recomendações estruturantes. Por fim, ainda trazemos algumas referências de boas práticas que podem servir de inspiração para implementação de cada ação.

Os órgãos públicos competentes a que sugerimos mudanças de adequação estão listados a seguir. Ao clicar, será transferido para a explicação de quais iniciativas que consideramos e também pontuamos algumas novas práticas possíveis:

Fundações e Associações:

- A. [Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal \(FAPDF\)](#)



Órgãos distritais:

- A. [Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda \(SEDET\)](#)
- B. [Secretaria de Turismo \(SETUR\)](#)
- C. [Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento \(SEAGRI\)](#)
- D. [Secretaria do Meio Ambiente e Proteção Animal \(SEMA\)](#)
- E. [Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação \(SECTI\)](#)
- F. [Secretaria-Geral da Presidência da República](#)

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda (SEDET)

Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo no Distrito Federal (Pro-DF II): A iniciativa tem como objetivo ampliar a capacidade da economia local na produção de bens e serviços e na efetiva geração de emprego, renda e receita tributária, bem como na promoção do desenvolvimento econômico, social, sustentável e integrado do Distrito Federal.

Simplifica PJ: A iniciativa tem como objetivo simplificar e desburocratizar o atendimento às empresas, empresários e futuros empreendedores. O programa visa fomentar o empreendedorismo e melhorar o ambiente de negócios. Sua principal meta é criar um espaço único e centralizado que ofereça um atendimento ágil, eficiente e de qualidade às demandas dos empreendedores e potenciais empresários do Distrito Federal.

Sugestões ao SEDET

a. Estruturar um plano de comunicação, com foco nas ações alinhadas aos ODSs nº 8, 9 e 12.

- Apesar de não mencionarem o alinhamento com os ODSs, vemos que a duas iniciativas podem se beneficiar da integração com as pautas globais.
- Publicizar como SEDET está em consonância com os ODSs é uma oportunidade de fortalecer o papel da Secretaria dentro do ecossistema empreendedor. Por isso, é interessante que o plano de comunicação apresente as ações relativas à capacitação empresarial e profissional, ao apoio para a recuperação ou preservação ambiental e ao desenvolvimento de programas de responsabilidade social.
- Conheça o [Plano de Ação Agenda 2030 da Prefeitura de São Paulo](#).



b. Propor a revisão da Lei Distrital nº 3.196/2003, de modo a especificar o apoio financeiro a negócios de impacto socioambiental.

- O objetivo de fortalecer o Distrito Federal como ator de impacto socioambiental permeou diversas iniciativas mapeadas. Colocar o apoio aos NISs em um dos principais programas da SEDET contribui para o alcance desse objetivo.
- Atualmente existem várias movimentações de revisão local voluntária dos ODSs. É interessante aproveitar essa conjuntura para propor a revisão da Lei que implementa o Pro-DF II.
- Conheça o [Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores do Ministério do Desenvolvimento Regional](#).

Secretaria de Turismo (SETUR)

Pro-Artesão: A iniciativa tem como objetivo principal valorizar a identidade candanga e promover o crescimento e renovação da produção artesanal e orgânica no Distrito Federal. O programa busca fomentar a integração com outros setores e programas de desenvolvimento sustentável, visando aprimorar a qualidade das produções e resgatar técnicas tradicionais.

Sugestões à SETUR

a. Criar campanhas de engajamento que proporcionem um ambiente digital informativo acerca das atividades realizadas pelos programas da SETUR.

- Fortalecer o Programa Pró-Artesão por meio da disseminação da sua atuação e de boas práticas, demonstrando os investimentos desenvolvidos e os impactos gerados;

- É importante que o conteúdo divulgado apresente os indicadores de desempenho do programa, mas que leve em consideração, ainda, informações que estimulem a população local a conhecer o programa e à possibilidade de vínculo com negócios de impacto..
- Conheça o [Plano de Mobilização Social da Prefeitura de Juru.](#)

b. Realizar eventos que funcionem como bonificações e reconhecimento para os empreendedores mais engajados e espaços de exposição de produtos, fomentando a produção artesanal como possibilidade de negócios de impacto.

- Os espaços de exposição e diálogo entre empreendedores do ramo foram apontados como pilares importantes do apoio ao comércio local.
- As premiações não devem ser vistas no sentido de competitividade entre os empreendedores locais, mas como uma das possibilidades da SETUR reforçar as conquistas e benefícios gerados pela iniciativa, e explicitar seu compromisso com o desenvolvimento do setor artesanal local.
- Conheça as [feiras de comercialização de produtos artesanais da Governo do Estado do Rio Grande do Sul.](#)

Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento (SEAGRI)

Fundo Distrital de Desenvolvimento Rural (FDR): O Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – FDR tem por Missão promover o desenvolvimento rural na região, com ações que permitam o aumento da produção e da produtividade, da renda e da segurança alimentar e a permanência no espaço rural.

Sugestões à SEAGRI

a. Propor a revisão dos critérios de participação dos programas de financiamento do FDR, com foco em integrar a iniciativa ao ODS nº 2.

- O FDR apresenta alto potencial de contribuir com o desenvolvimento de pequenos agricultores. Apesar disso, o texto da lei não menciona esses empreendedores.
- Revisar o texto da lei é a oportunidade ideal para conectar a iniciativa com o ODS nº 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), enriquecendo o ecossistema empreendedor local e tornando o FDR alinhado com pautas globais.
- Conheça a revisão da [Lei de Zoneamento da Prefeitura de São Paulo.](#)



- b. Implementar uma linha de crédito específica para empreendedores do ramo de agricultura sustentável, com a possibilidade de escalar negócios de impacto do ramo**
- Apesar de o FDR possuir estrutura abrangente a partir de suas 4 modalidades de financiamento (FDR-Social, FDR-Crédito, FDR-Aval e FDR-Habitação Rural), é necessário que exista uma linha de crédito focada nas especificidades da atuação dos agricultores locais.
 - Segmentar as modalidades de financiamento permite que a execução da iniciativa seja mais assertiva às demandas dos empreendedores locais. Além disso, reconhece a importância desses trabalhadores, visto que os pequenos e médios agricultores produzem cerca de 70% dos alimentos no país (Fonte: Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável).
 - Conheça o [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar](#).

Secretaria do Meio Ambiente e Proteção Animal (SEMA)

Fundo Único do Meio Ambiente (Funam): Por meio do fornecimento de recursos financeiros, o Funam busca impulsionar iniciativas que contribuam para a proteção e a conservação do meio ambiente. Esses recursos são disponibilizados por demanda espontânea ou induzida por meio de publicações periódicas de editais.

Sugestões à SEMA

- a. Promover eventos para divulgar as entregas e resultados dos programas no âmbito do Funam, incentivando a participação e o engajamento de diversos atores na pauta de sustentabilidade.**



- O mapeamento destaca o Funam como um ator de grande importância para o estímulo ao engajamento e à participação social, inclusive para fomento em NIS.
 - Considerando que o escopo de atuação do Funam envolve projetos com temas que suscitam conflitos - como os projetos de recuperação de APPs - a presença da sociedade civil é importante para garantir que os projetos tenham transparência e proporcionem a escuta ativa da população.
 - Conheça o [Plano de Engajamento das Partes Interessadas da Prefeitura de São Paulo](#).
- b. Aprimorar a transparência ativa do Funam, considerando fatores como linguagem simples e regularidade das publicações, vinculado a avaliação e monitoramento das atividades de fomento aos Negócios de Impacto..**
- A página de informações do Funam fornece o nome dos projetos em curso e os editais disponíveis. Contudo, a organização dessas informações pode ser aprimorada a partir de recursos simples de indexação do conteúdo - como repositórios específicos para cada tipo de informação. Em uma delas é importante que possa ser divulgado o resultado dos fomentos aos NIS feito pela FUNAM.

- É importante que o Funam elabore versões resumidas dos relatórios do projeto, com linguagem simples, facilitando o acesso à informação.
- Conheça o programa [Linguagem Simples, do 11Lab da Prefeitura de São Paulo](#).

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI)

Política Distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação: A Política concede financiamento por meio de recursos da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) e de outras fontes previstas em lei. Os benefícios incluem incentivos fiscais para empresas que investem em pesquisa e desenvolvimento, bolsas de auxílio a pesquisadores, financiamento para projetos de pesquisa e inovação, entre outros. A lei também prevê a criação de um Conselho Distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação para orientar e coordenar as políticas públicas relacionadas ao tema.

Sugestões à SECTI

a. Estabelecer parcerias estratégicas com entidades locais e internacionais, possibilitando a otimização de serviços públicos e o fortalecimento de bases locais para fomentar Negócios de Impacto.

- Estabelecer parcerias com organizações locais, como universidades e ONGs, foi um dos pontos sinalizado como pertinentes à sustentabilidade da Política Distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação. Além disso, esta ação pode garantir uma melhor adequação dos projetos às realidades específicas das comunidades, além de potencializar a sustentabilidade das ações implantadas aos NIS.
- Ao formar parcerias com entidades internacionais que já possuem experiência consolidada em cidades inteligentes e sustentáveis, é possível importar conhecimentos e práticas avançadas que podem ser adaptadas para o contexto local, aumentando a eficácia das soluções propostas sem onerar os cofres públicos.
- Conheça o [SISNOLEO, sistema de monitoramento do IBAMA em cooperação com a Agência Espacial Europeia](#).

b. Criar um comitê de monitoramento com participação da comunidade para avaliar o fomento aos NIS.

- A formação de um comitê de monitoramento que inclua membros da comunidade assegura transparência nas operações e decisões, permitindo que os cidadãos tenham um papel ativo na avaliação das iniciativas de NIS. Isso fortalece a confiança e o engajamento do público e cumpre com os princípios de transparência e responsabilidade.
- A inclusão da comunidade no processo de avaliação permite um fluxo constante de feedback, crucial para a adaptação e melhoria contínua dos projetos. Isso garante que as soluções permaneçam relevantes e efetivas ao longo do tempo.



- Conheça o [Comitê de Responsabilidade Social do Estado do Ceará](#).

Secretaria-Geral da Presidência da República

Programa Pró-Catadores: O programa é uma iniciativa de apoio e qualificação que busca integrar e articular ações, projetos e programas das esferas federal, estadual, distrital e municipal para promover e proteger os direitos humanos dos catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis. Seu objetivo é fortalecer associações, cooperativas e outras formas de organização popular, melhorar as condições de trabalho, fomentar o financiamento público, promover a inclusão socioeconômica e expandir a coleta seletiva de resíduos sólidos, a coleta seletiva solidária, a reutilização, a reciclagem, a logística reversa e a educação ambiental.

Sugestões à Secretaria-Geral da Presidência da República

- Aprimorar os documentos informativos disponíveis no portal da Secretaria-Geral, trazendo publicações regulares acerca das atividades do programa.**
 - Apesar da boa documentação acerca das reuniões e da presença de um relatório final bem consolidado do Grupo Técnico de Trabalho do Pró-Catadores, não há publicações parciais acerca das ações do programa.
 - É importante que a Secretaria-Geral realize a disseminação com maior regularidade e em formatos que proporcionem maior dinamismo.
 - Conheça as publicações no modelo policy brief do Ipea: [Em Questão - Evidências para políticas públicas](#).
- Publicizar os indicadores de desempenho do programa e ofertar as possibilidades de vínculo com NIS.**
 - Além de contribuir com a transparência ativa do Executivo, a recomendação visa possibilitar que mais pessoas tenham conhecimento sobre a iniciativa e também estimular a participação com ofertas de Negócios de Impacto ativo em Brasília;
 - A legitimidade social é importante para fortalecer o ecossistema empreendedor, sobretudo quando as atividades envolvem um público socialmente vulnerável .
 - Conheça o [Sistema Local de Monitoramento dos ODSs de Belo Horizonte](#).



Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF)

Start BSB: A iniciativa visa impulsionar e acelerar o ecossistema de empreendedorismo inovador de residentes no Distrito Federal ou Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE), promover o intercâmbio de conhecimentos e tecnologias e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico local. O programa oferece recursos financeiros (cerca de R\$ 5 milhões) através de subvenção econômica e bolsas de apoio técnico à pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Além disso, os projetos aprovados recebem capacitações, suporte para o desenvolvimento do negócio, acesso a parceiros e potenciais investidores, ampliação do network e divulgação da empresa.

Sugestões à Start BSB

a. Criar um plano de comunicação com estratégias de divulgação abrangentes que estimulem a participação e campanhas de conscientização entre os projetos financiados.



- É importante que as estratégias de comunicação sejam segmentadas para fazer um intercâmbio mais efetivo com cada público-alvo. O primeiro segmento a ser considerado são as instituições e empresas locais, em consonância ao objetivo do programa, de fortalecer o ecossistema empreendedor local.
- Para além de estratégias focadas no Distrito Federal, é importante que o plano de comunicação considere que o programa visa atrair capital humano para a região.
- Conheça o plano de comunicação do [Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo](#).

b) Criar um sistema integrado de capacitação, treinamento e mentorias para negócios de impacto socioambiental em Brasília, com objetivo de garantir a sustentabilidade do ecossistema inovador.

- É importante que o principal critério de seleção para esses serviços seja que as empresas demonstrem impacto positivo e sustentável na comunidade local e no meio ambiente.
- Uma das oportunidades de fortalecer o programa a partir desses serviços é trazer os empreendedores para a discussão acerca da revisão voluntária dos ODSs.
- Conheça o [Relatório Voluntário Local de Barueri](#).

u)

c) Estabelecer um processo de análise periódica como um dos pilares estratégicos de execução do programa.

- A análise periódica de indicadores permite a tomada de decisão de forma ágil.
- Para além do monitoramento dos impactos da iniciativa, é importante que os atores que executam o programa também sejam avaliados.
- Conheça a utilização do Balanced Scorecard, da [Funarbe](#).



7. POSSIBILIDADE DE NOVOS PROGRAMAS

Por fim, na busca por impulsionar negócios de impacto socioambiental em Brasília, é essencial explorar não apenas recomendações estruturantes, mas também sugerir novos programas que se adaptem às demandas em constante evolução.

Enquanto as recomendações estruturantes estabelecem bases amplas, os novos programas propostos representam uma resposta dinâmica e ágil ao setor público sobre as necessidades emergentes. Estes programas são concebidos para oferecer apoio diversificado, abrangendo desde assistência técnica e financeira até a disponibilização de recursos físicos e qualificação. Além disso, são estruturados considerando diferentes formas de intervenção em políticas públicas, abrangendo desde a implementação direta até o advocacy e a definição de agendas.

Ao selecionar os programas conforme os potenciais segmentos econômicos de Brasília, a complexidade tecnológica e o estágio de maturidade dos empreendimentos, garantimos uma abordagem mais precisa e eficaz. Esses programas são divididos em recomendações específicas, acompanhadas de orientações claras sobre como implementá-las, visando assim maximizar seu impacto e contribuir para o desenvolvimento sustentável da região. São eles:

1. [Programa de Inovação Social Aberta](#)
2. [Programa de Gestão do Conhecimento](#)
3. [Programa de articulação, conexão e mobilização](#)
4. [Programa de Capacitação em Inovação Social no âmbito das Políticas Públicas](#)

1. Programa de Inovação Social Aberta

Um programa de inovação social aberta pode ajudar a implantar um mecanismo de governança no setor público ao promover a participação, colaboração e co-criação de soluções inovadoras para os desafios sociais, resultando em políticas públicas mais eficazes e inclusivas. Utiliza a criatividade e a conexão de uma ampla gama de atores como cidadãos, organizações da sociedade civil, empresas e instituições governamentais, para desenvolver soluções inovadoras para desafios sociais complexos.

Para inspiração na implementação de um programa de inovação social aberta, apresentamos o Ideagov, idealizado pelo Governo de São Paulo, que pode ser encontrado clicando [aqui](#).

A seguir apresentamos algumas etapas importantes para desenvolver um Programa de Inovação Social Aberta:

a) Engajamento dos cidadãos: O programa de inovação social aberta permite que os cidadãos participem ativamente na identificação de problemas, na geração de ideias e no desenvolvimento de soluções. Isso garante que as políticas públicas atendam às necessidades reais da população.

b) Colaboração entre setores: Ao envolver organizações da sociedade civil, empresas e outras instituições, o programa de inovação social aberta facilita a colaboração entre diferentes setores para encontrar soluções mais abrangentes e sustentáveis para os desafios sociais.

c) Co-criação de soluções: Através de processos de co-criação, os participantes do programa podem trabalhar em conjunto para desenvolver soluções inovadoras que abordem os desafios específicos do setor público. Isso pode incluir o uso de tecnologia, novos modelos de negócios e abordagens criativas para resolver problemas complexos.

d) Testagem e iteração: Os programas de inovação social aberta muitas vezes incluem a fase de testagem e iteração, onde as soluções propostas são implementadas em pequena escala e depois refinadas com base no feedback dos usuários. Isso permite que as soluções sejam adaptadas às necessidades reais e otimizadas ao longo do tempo.

e) Transparência e accountability: Ao envolver os cidadãos e outros stakeholders no processo de tomada de decisão, os programas de inovação social aberta promovem a transparência e a prestação de contas no governo, ajudando a construir confiança e legitimidade nas instituições públicas.

2. Programa de Gestão do Conhecimento

Implementar um Programa de Gestão do Conhecimento (PGC) auxilia na tomada de decisão de políticas públicas e na comunicação aos cidadãos. Para tanto, é fundamental considerar o desenvolvimento de políticas alinhadas ao planejamento urbano integrado, com base em dados, indicadores e evidências do território, e orientadas pelos desafios atuais e futuros da cidade, pautados pela Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Como base de referência para implementação de um programa de gestão do conhecimento está o CopiCola, da Prefeitura Municipal de São Paulo. Para inspiração, pode encontrar maiores informações clicando [aqui](#).

A seguir apresentamos algumas medidas importantes que podem contribuir para uma gestão mais eficiente, transparente e integrada do governo municipal:

a) Participação e engajamento dos cidadãos: O PGC pode facilitar a participação e o engajamento dos cidadãos e de negócios de impacto socioambiental no processo de formulação de políticas públicas, garantindo que suas necessidades e aspirações sejam consideradas. Isso promove uma governança mais democrática e transparente, além de aumentar a legitimidade e aceitação das políticas implementadas.

b) Articulação entre planos setoriais e planos de longo prazo: O PGC integra projetos de inovação de NIS com estratégias de desenvolvimento urbano em planos como PDU, PPA, LDO, LOA e Plano Diretor, garantindo uma abordagem unificada para o desenvolvimento urbano e políticas públicas.

c) Construção de um hub de informações para subsidiar políticas públicas ao fomento aos NIS:

O PGC atua como um centro de dados e indicadores para embasar decisões dos gestores públicos na formulação e implementação de políticas. O PGC fornece uma estrutura de coleta, análise e utiliza dados e indicadores relevantes para o planejamento urbano integrado, como informações demográficas, socioeconômicas, ambientais e de infraestrutura, que são subsídios para entender desafios e oportunidades enfrentadas pela cidade em que os NIS podem contribuir.

d) Equipe dedicada e corpo técnico especializado:

O PGC conta com uma equipe técnica exclusiva, não sobrecarregada pelas urgências da administração, para conduzir eficientemente as atividades de gestão do conhecimento. Uma delas pode estar dedicada à formulação de projetos de parceria-público-privada (PPP). Sua responsabilidade é identificar oportunidades, elaborar estudos de viabilidade e desenvolver modelos de PPP que estejam alinhados com os objetivos estratégicos do governo.

e) Gerenciamento e atualização de instrumentos e equipamentos:

O PGC é responsável pela operacionalização e atualização de equipamentos das secretarias municipais, incluindo sistemas de informação e tecnologias georreferenciadas, buscando integração com NIS, conforme as necessidades de recursos das secretarias.

f) Comunicação relacionada com os desafios futuros:

O PGC permite uma abordagem proativa para os desafios futuros da cidade, como as mudanças climáticas, o crescimento urbano desordenado e a escassez de recursos naturais. Tem uma visão proativa para prevenção de desafios, por isso, busca comunicar realizações públicas e de projetos de mitigação de impactos com uma linguagem acessível e eficaz, capaz de sensibilizar o servidor público e o cidadão rumo ao desenvolvimento urbano sustentável.

3. Programa de articulação, conexão e mobilização

Implementar um programa de articulação, conexão, mobilização e ativação para o ecossistema de NIS é uma oportunidade para a legitimação destes negócios frente à população e ao próprio ambiente de negócios local. Nesse sentido, a materialização de um programa desse tipo pode ocorrer por meio da realização de fóruns periódicos de NIS - organizados pelo poder público municipal em parceria com outras organizações do setor privado ou terceiro setor.

Como base de referência para implementação de um programa de mobilização de ecossistema, apresentamos o Pacto Alegre, que inclui ações com articulação com Negócios de Impacto Socioambiental. Mais informações podem ser encontradas clicando [aqui](#).

A seguir apresentamos algumas exemplos de eventos que podem articular, conectar, mobilizar e ativar o ecossistema de NIS:

- a) Networking:** promover o encontro e a interação entre os atores do ecossistema de negócios de impacto socioambiental e também com potenciais investidores, clientes, colaboradores e etc.
- b) Exposição:** Participar de eventos pode aumentar a visibilidade dos negócios de impacto. Isso pode ser feito por meio de stands, palestras, patrocínios ou participação em painéis de discussão. A exposição aumentada pode levar a mais reconhecimento e oportunidades para esse tipo de negócios.
- c) Aprendizado e Desenvolvimento:** Muitos eventos incluem palestras, workshops e painéis de discussão com especialistas do setor. Essas sessões fornecem insights valiosos, tendências de mercado, melhores práticas, oportunidades de aprendizado e co-criação. O conhecimento adquirido pode ajudar os atores do ecossistema de NIS a melhorarem suas estratégias e encontrarem soluções inovadoras.
- d) Inspiração e Motivação:** Participar de eventos pode inspirar e motivar empreendedores do ecossistema de NIS. Ao ouvir histórias de impacto, conhecer pessoas inspiradoras e compartilhar experiências com outros participantes, os indivíduos podem se sentir energizados e mais determinados a alcançar seus próprios objetivos. Essa inspiração e motivação beneficia o ecossistema como um todo.

4. Programa de Capacitação em Inovação Social no âmbito das Políticas Públicas

Para promover a inovação social nas políticas públicas direcionadas aos servidores, é crucial estabelecer parcerias estratégicas com instituições de educação que ofereçam cursos focados em negócios de impacto e cultura de inovação. Essas parcerias são fundamentais porque permitem o acesso dos servidores a conteúdos atualizados e especializados, capacitando-os para identificar e implementar soluções inovadoras dentro de suas áreas de atuação. Instituições de ensino especializadas podem oferecer insights valiosos sobre como integrar práticas de inovação social no contexto governamental, além de proporcionar métodos e ferramentas necessárias para catalisar mudanças efetivas e sustentáveis.

Para implementar essa parceria de capacitação dos servidores, algumas atividades-chave podem ser consideradas:

- a) Tipo de Conteúdo:** Inovação Social, Políticas Públicas, Negócios de Impacto, Advocacy, Tecnologia e sua aplicação em inovação social.
- b) Tecnologias e Habilidades a Serem Formadas:** Uso de plataformas educacionais digitais, ferramentas de colaboração online, habilidades em análise de políticas públicas e implementação de projetos inovadores.



- c) Duração do Curso:** Módulos de curta duração (entre 1 a 2 semanas por módulo) para facilitar a participação contínua dos servidores.
- d) Metodologia:** Aulas em vídeo complementadas por materiais textuais, links relevantes e podcasts. Atividades práticas para aplicação dos conhecimentos adquiridos, fóruns de discussão para interação entre os participantes e feedback contínuo.
- e) Aplicabilidade e Benchmarking:** Estudos de caso focados em exemplos de sucesso de inovação social aplicada às políticas públicas, tanto nacional quanto internacionalmente, para inspirar e orientar os servidores.

Alguns cursos que podem complementar essa abordagem incluem:

- Curso de Inovação Social e Políticas Públicas oferecido pela Universidade de São Paulo (USP), que explora como integrar inovações sociais no contexto governamental. Link: <https://www5.usp.br/ensino/graduacao/cursos-oferecidos/gestao-de-politicas-publicas/>
- Programa de Negócios de Impacto do Instituto Ethos, que aborda estratégias para o desenvolvimento de negócios que gerem impacto social positivo. Ver em: <https://www.ethos.org.br/>
- Curso de Advocacy e Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), focado em capacitar profissionais para influenciar políticas públicas através de estratégias eficazes. Link: <https://educacao-executiva.fgv.br/df/brasil/cursos/curta-media-duracao/curta-media-duracao-presencial/formacao-executiva-em-advocacy-e-politicas-publicas?oferta=106843&unidade=qualquer->
- O curso Introdutório de Inovação Social para o Aperfeiçoamento de Políticas Públicas, desenvolvido pela Enap em parceria com a Secretaria Nacional de Articulação Social da Presidência da República, capacita Agentes de Gestão de Inovação Social para apoiar o governo federal em ações focadas no desenvolvimento de soluções participativas para problemas sociais e na promoção do empoderamento cidadão. Link: <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/234>

Esses cursos proporcionam uma base sólida de conhecimento e habilidades necessárias para os servidores públicos engajados em promover mudanças significativas e sustentáveis através da inovação social nas políticas públicas.



8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das recomendações estruturantes apresentadas, fica evidente a necessidade de uma atuação coordenada e estratégica por parte do setor público de Brasília para promover efetivamente os Negócios de Impacto Socioambiental (NIS) na cidade. Ao adotar medidas como a criação de mecanismos de governança, implementação de sistemas de comunicação eficazes e integração de programas para desenvolver uma jornada empreendedora com financiamento e aceleração de negócios dedicados à inovação e bioeconomia, a política pública do DF poderá criar um ambiente propício ao desenvolvimento e crescimento sustentável dessas iniciativas. Estas recomendações visam não apenas fortalecer a capacidade do setor público de impulsionar os NIS, mas também promover o desenvolvimento econômico e social de Brasília de forma equitativa e sustentável.

Além das recomendações gerais, as sugestões específicas para iniciativas que fomentam os NIS oferecem diretrizes práticas e tangíveis para fortalecer os programas e projetos existentes. A construção de padrões de relatórios periódicos, a promoção de eventos de integração entre os participantes dos programas e a articulação das iniciativas de NIS com políticas públicas específicas são apenas algumas das sugestões que podem potencializar o impacto das ações. Essas medidas não só aumentarão a eficácia dos programas, mas também contribuirão para a construção de uma cultura empreendedora e de inovação em Brasília.

Por fim, é fundamental ressaltar a importância do engajamento e apoio contínuo do Governo do Distrito Federal para fortalecer as iniciativas de impacto socioambiental na cidade. Ao implementar as recomendações e sugestões apresentadas, a administração pública estará não apenas demonstrando seu compromisso com a promoção do desenvolvimento sustentável, mas também capacitando empreendedores e organizações locais a enfrentar os desafios socioambientais de forma criativa e eficaz. O momento é oportuno para o governo do DF se posicionar como um agente facilitador e catalisador de mudanças positivas, promovendo assim uma cidade mais justa, inclusiva e ambientalmente responsável.

FICHA TÉCNICA

Equipe ICE envolvida no estudo (Secretaria Executiva da Coalizão pelo Impacto)

Vice Diretor

Diogo Quitério

Consultor Sênior

Beto Scretas

Analista de Programas

Rafaella Lima

Coordenação local - Brasília/DF

Dani Estevam

Conteúdo

Impact Hub São Paulo

Gerente de Projetos

Caio Zucchinali

Coordenadora Geral

Gabriela Werner

Analista de Projetos

Gabrielle Menegatti

Analista de Dados

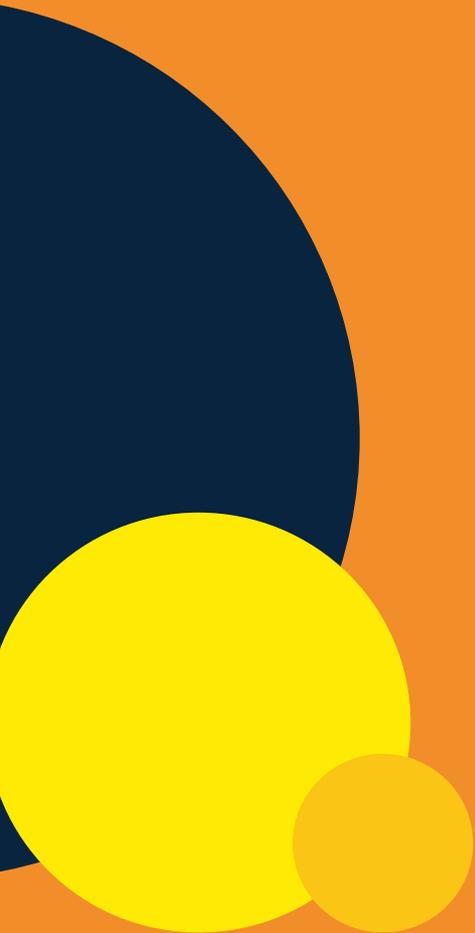
Gustavo Simas

Analista de Comunicação

Stanzi Fensterseifer

Consultoria e redação - Vena Consultoria

Luiz Henrique Apollo da Silva
Tamara Ilinsky Crantschaninov
Clara Souza Guimarães Marques
Larissa Braga de Souza



Julho de 2024

Coalizão pelo Impacto - Brasília